



enem

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

LIVRO 4

- EIXO 1** – Sociedade, Cultura e Identidade
- EIXO 2** – Tempo, História e Transformações
- EIXO 3** – Espaço, Economia e Globalização
- EIXO 4** – Política, Cidadania e Estado
- EIXO 5** – Meio Ambiente e Sociedade
- EIXO 6** – Atualidades e Temas Contemporâneos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- LÍNGUA PORTUGUESA
- MATEMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



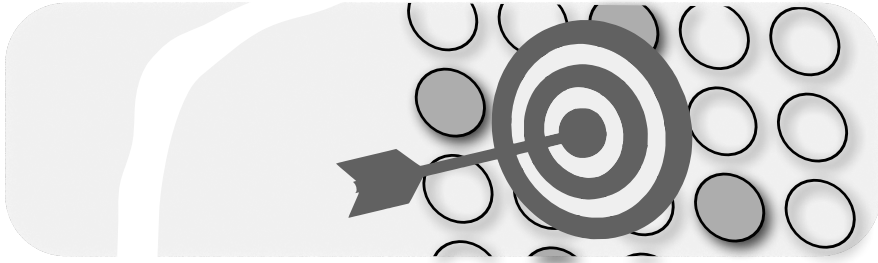
- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ENEM

Exame Nacional do Ensino Médio

*Um novo olhar para
a sua preparação*



CÓD: OP-004FV-26
7908403591381

Este material está de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Todos os direitos são reservados à Editora Opção, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). A venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, são proibidas sem a permissão prévia da Editora Opção.

PIRATARIA É CRIME



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

Organização Pedagógica

Leandro Sales

Capa

Joel Ferreira

Diagramação

Erika Damasceno

Elaboração

Raíssa Mendonça

Jéssica Paes

Supervisão Editorial

Bianca Flauzino

índice

EIXO 1 – Sociedade, Cultura e Identidade

1. CULTURA E IDENTIDADE.....	07
2. DIVERSIDADE CULTURAL.....	11
3. ANTROPOLOGIA BÁSICA.....	15
4. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	19
5. QUESTÕES.....	24

EIXO 2 – Tempo, História e Transformações

1. ANTIGUIDADE.....	33
2. IDADE MÉDIA.....	53
3. MODERNA.....	61
4. CONTEMPORÂNEA.....	68
5. BRASIL: COLÔNIA.....	94
6. IMPÉRIO.....	100
7. REPÚBLICA ATÉ HOJE.....	106

EIXO 3 – Espaço, Economia e Globalização

1. GEOPOLÍTICA.....	135
2. BLOCOS ECONÔMICOS.....	139
3. GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO.....	144
4. INDUSTRIALIZAÇÃO.....	149
5. TRABALHO E REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS.....	155

EIXO 4 – Política, Cidadania e Estado

1. DEMOCRACIA.....	167
2. DIREITOS HUMANOS.....	168
3. FILOSOFIA POLÍTICA.....	174
4. SOCIOLOGIA DO PODER.....	187
5. ESTADO BRASILEIRO.....	189

ÍNDICE

EIXO 5 – Meio Ambiente e Sociedade

1. IMPACTOS AMBIENTAIS.....	199
2. URBANIZAÇÃO E METRÓPOLES.....	204
3. QUESTÃO AGRÁRIA.....	209
4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	214
5. CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	218

EIXO 6 – Atualidades e Temas Contemporâneos

1. TECNOLOGIA E SOCIEDADE.....	233
2. MIGRAÇÕES E CONFLITOS.....	235
3. BRICS E POTÊNCIAS GLOBAIS.....	237
4. DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	240
5. PROBLEMAS URBANOS.....	242

A diversidade desses povos originários é um dos elementos fundamentais para compreender a formação da sociedade brasileira.

> A ocupação do território antes da colonização

Antes da chegada dos europeus, estima-se que entre dois e cinco milhões de indígenas viviam no território que hoje conhecemos como Brasil. Esses povos estavam distribuídos por todos os biomas do país – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampas e Pantanal – e haviam desenvolvido formas distintas de relação com o ambiente.

As populações indígenas não eram homogêneas. Ao contrário, apresentavam uma rica diversidade cultural, com centenas de línguas faladas, muitas das quais pertencentes a troncos linguísticos como o Tupi, o Macro-Jê, o Aruak e o Karib. Cada povo possuía saberes específicos, tecnologias adaptadas ao seu meio e estruturas sociais próprias, organizadas por clãs, famílias extensas ou aldeias.

> Diversidade cultural e modos de vida

Os povos indígenas do Brasil tinham modos de vida variados. Alguns grupos eram nômades, vivendo da caça, da pesca e da coleta. Outros eram agricultores sedentários, com técnicas desenvolvidas de cultivo da mandioca, do milho, do amendoim, do feijão e de diversas frutas nativas.

A sociedade indígena, em muitos casos, era marcada por uma organização coletiva, onde o bem comum e a vida em comunidade tinham papel central. Os líderes não eram chefes autoritários, mas sim conselheiros e mediadores respeitados, cuja autoridade vinha da sabedoria e da capacidade de diálogo.

Além disso, as práticas espirituais estavam profundamente ligadas à natureza. Os povos indígenas tinham cosmologias próprias, que explicavam a origem do mundo, a relação entre seres humanos e não-humanos, e os ciclos da vida. Os rituais, mitos e festas fortaleciam os laços sociais e reforçavam os valores de cada comunidade.

> Tecnologia e conhecimento indígena

Os conhecimentos indígenas em relação à natureza são amplos e refinados. Eles desenvolveram técnicas agrícolas sustentáveis, como a coivara (queimada controlada para renovar o solo), e construíram habitações adaptadas ao clima local, como ocas e malocas. Na alimentação, sabiam identificar plantas medicinais, extrair substâncias da floresta e criar utensílios com materiais como madeira, argila e pedra.

A medicina indígena, baseada na observação da natureza e no uso de ervas, foi fundamental para a sobrevivência de muitos europeus nos primeiros contatos com o novo território. Esse conhecimento, porém, foi muitas vezes desvalorizado ou apagado pela lógica colonizadora europeia.

> Relações entre os povos indígenas

As relações entre os diferentes grupos indígenas podiam ser de troca, aliança, convivência pacífica ou mesmo de conflito. Havia redes de intercâmbio de produtos, técnicas e informações

entre os povos. Por outro lado, disputas por território, rivalidades históricas e guerras também faziam parte da dinâmica desses grupos.

Esse cenário mostra que a sociedade indígena pré-colonial era complexa e dinâmica, com formas próprias de organização e relação social. Não se tratava de populações “atrasadas” ou “isoladas”, como muitas vezes foram retratadas, mas sim de sociedades com história, política, economia e cultura profundamente desenvolvidas.

> A invisibilização dos povos originários

Durante muito tempo, a história oficial do Brasil silenciou a presença e a importância dos povos indígenas. A narrativa dominante colocava os indígenas como “obstáculo à civilização” ou como parte do “passado” do país. Essa visão distorcida contribuiu para o apagamento da contribuição indígena na formação da cultura brasileira.

Hoje, com avanços nas pesquisas históricas, arqueológicas, linguísticas e antropológicas, reconhece-se a centralidade dos povos originários na história nacional. No entanto, os desafios continuam. A luta por terra, cultura e reconhecimento segue viva, enfrentando pressões econômicas, violência e preconceito.

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

A chegada dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil, em 1500, deu início a um processo profundo de transformação social, econômica e cultural. A colonização portuguesa impôs novas estruturas de poder, relações de trabalho, formas de organização da terra e um modelo de sociedade que deixaria marcas duradouras.

Essa etapa foi fundamental na construção da sociedade brasileira, influenciando padrões de desigualdade, formas de dominação e processos de miscigenação que se estendem até os dias atuais.

> Objetivos da colonização portuguesa

A presença portuguesa no Brasil foi motivada inicialmente por interesses econômicos. Portugal buscava expandir suas fontes de riqueza após o sucesso das rotas comerciais no Oriente. No caso do Brasil, o foco estava na exploração dos recursos naturais, como o pau-brasil, e, posteriormente, na produção agrícola para exportação, especialmente o açúcar.

Diferente da colonização de povoamento, como a que ocorreu na América do Norte com os ingleses, a colonização portuguesa teve um caráter extrativista e voltado para o lucro imediato. Isso resultou em uma estrutura social baseada na exploração do trabalho forçado, na concentração fundiária e no controle da metrópole sobre os assuntos da colônia.

> Implantação do sistema de capitanias hereditárias

Um dos primeiros modelos administrativos adotados por Portugal foi o sistema de capitanias hereditárias, em 1534. O território foi dividido em grandes faixas de terra concedidas a nobres portugueses, que tinham o dever de colonizar, proteger e explorar a região sob sua responsabilidade. Esse modelo favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos e criou as bases para uma sociedade marcada por hierarquias rígidas.

14. Instituto Access - 2024

A escola “Cidadania Global” está desenvolvendo um currículo que valoriza a educação para a cidadania global e a diversidade cultural. A equipe pedagógica está discutindo como integrar esses temas nas atividades escolares. Qual das seguintes alternativas melhor descreve uma abordagem eficaz para promover a cidadania global e a diversidade cultural no ensino fundamental?

- (A) Abordar temas de cidadania global e diversidade cultural apenas em aulas de geografia.
- (B) Realizar atividades sobre cidadania global e diversidade cultural em eventos escolares, com a presença das famílias e comunidade escolar.
- (C) Incluir temas de cidadania global e diversidade cultural em projetos interdisciplinares que envolvam a comunidade escolar.
- (D) Deixar a responsabilidade de ensinar sobre cidadania global e diversidade cultural para os professores de ciências sociais.

15. FEPESE - 2022

Nos conceitos básicos em Medicina Legal (ML) , a Antropologia Forense é definida como a parte da ML que estuda:

- (A) venenos, envenenamentos, intoxicações médicas legais, abuso de drogas, overdoses etc.
- (B) as lesões corporais (queimaduras, sevícias, infanticídio e asfixias) , sob o ponto de vista jurídico e das energias causadoras do dano.
- (C) a identidade e a identificação do homem, através de métodos, processos e técnicas de estudo dos seus caracteres.
- (D) cientificamente a morte e investiga os mecanismos e aspectos forenses da morte, tais como mudanças corporais que acompanham o período após a morte.
- (E) os efeitos prejudiciais associados a produtos tóxicos, ou seja, qualquer substância que pode provocar danos ou produzir alterações no organismo.

16. CMM - 2022

Consta na Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016) que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) traz no seu bojo um conjunto de interações e políticas educacionais que, em suas dimensões (histórica, institucional, filosófica, cultural, antropológica, socio-política e pedagógica) , atuam com a intencionalidade de:

- (A) Fomentar modelos educacionais que reafirmam estruturas monoculturais e eurocêntricas.
- (B) Reafirmar no cotidiano escolar, estruturado na perspectiva eurocêntrica, a continuidade das práticas docentes que incluem os conteúdos que versam sobre a cultura e a história africana e afro-brasileira, destacando tais aspectos como centrais da cultura europeia.
- (C) Homogeneizar os conteúdos escolares tomando por base somente uma perspectiva étnica para não correr o risco de diferenciar os sujeitos que devem ser vistos e tratados como iguais.
- (D) Reeducar os modos de convivência dos sujeitos sociais,

para a compreensão e a valorização dos conteúdos étnicos de base africana que se inserem na constituição da identidade brasileira.

(E) Combater discriminações e orientar o fazer docente para o reconhecimento do espaço escolar como território singular, ou seja, aquele que aloja os anseios e as identidades da cultura eurocêntrica.

17. Instituto Consulplan - 2023

TEXTO 2

Estudo aponta Botox como aliado no combate à depressão

Estudos recentes mostram que a toxina botulínica, famosa por trazer jovialidade ao minimizar rugas e linhas de expressões faciais, tem ações clínicas além da estética. Um dos tratamentos mais procurados no Brasil, com mais de 300 mil aplicações em homens e mulheres a cada ano, vem ganhando agora outras finalidades nos consultórios médicos. A descoberta revela que essa substância é capaz de bloquear a liberação de neurotransmissores responsáveis pela dor, sendo eficiente no tratamento de dores de cabeça severas, como as provocadas pela enxaqueca, o que aumentou ainda mais a procura pelo botox no mercado.

Outro importante estudo, publicado na Scientific Reports, mostra que as propriedades dessa toxina se estendem aos tratamentos emocionais. É o que explica a dentista mineira Patrícia Bertges, da clínica Ondonto Araújo, especialista no tratamento com Botox. Ela observa que, após testes clínicos, pesquisadores apontaram que, quando aplicado entre as sobrancelhas, o produto tem ações antidepressivas. “Ao não conseguir, por exemplo, franzir a testa ou fazer outras expressões de medo ou raiva, há uma diminuição da atividade da amígdala, uma região do cérebro relacionada ao controle de ansiedade e resposta ao medo. Ou seja, se a pessoa não é capaz de fazer a expressão, o cérebro tem mais dificuldade de reconhecer esses sentimentos”, aponta.

A especialista destaca outra pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia, em San Diego, nos EUA, que analisou o efeito do composto em 40 mil pessoas que receberam as injeções por oito motivos diferentes. Na análise dos pacientes, constatou-se que as pessoas que receberam as aplicações tinham uma diminuição do risco de desenvolver depressão. “Também é importante ressaltar que qualquer tratamento que provoque bem-estar e autoestima age de maneira positiva na nossa saúde emocional”, completa.

(Estudo aponta Botox como aliado no combate à depressão. Estado de Minas, 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/feminino-e-masculino/2022/06/12/interna_feminino_e_masculino_1372350/estudo-aponta-botox-como-aliado-no-combate-a-depressao.shtml. Acesso em: 23/01/2023. Adaptado.)

TEXTO 1

Jovens sem rugas aderem em massa às aplicações de Botox

Desde os primórdios, a humanidade busca a elusiva fonte da eterna juventude, na forma de poço para os indus de 700 a.C., de rio para Alexandre, o Grande, na antiga Macedônia, e de fonte mesmo para Ponce de León, o explorador que primeiro pisou na Flórida. No fim das contas, o sonho (de certa maneira) se materializou na forma de injeção, com o lançamento, em meados dos anos 1990, do Botox, nome comercial da toxina botulínica que paralisa músculos e “congela” rugas e marcas de expressão

maravilhas honorárias do mundo moderno, foram construídas durante o Antigo Império, atribuídas aos faraós **Quéops, Quéfren e Miquerinos**.

Uma nobreza privilegiada cooperava na administração e na exploração dos camponeses, também acumulando grande poder. Esse fortalecimento levou-a a tentar assumir o controle direto do Estado.

Seguiu-se um período de anarquia em que praticamente cada nobre se julgava em condições de ocupar o trono faraônico; o clero aproveitou-se para expandir seu poder político, apoiando diferentes postulantes ao trono de acordo com seus interesses.

O Médio Império (2000 a 1750 a.C.)

O Médio Império caracterizou-se por uma nova dinastia e uma nova capital: **Tebas**. O Egito havia se expandido em direção ao sul, aperfeiçoou sua rede de canais de irrigação e estabeleceu colônias mineradoras no **Sinai** (Península do Sinai). A procura por cobre (escasso na região) e seu conseqüente comércio com outros povos fez com que o Egito ficasse conhecido de outras populações do Oriente Médio.

Alguns povos procedentes da Ásia Menor desencadearam uma série de ataques em direção ao vale do Nilo. Após diversos ataques de povos diferentes, foram os hicsos, povo semita que já utilizava o cavalo e o ferro que derrotaram as forças faraônicas do Sinai e ocuparam a região do delta do Egito, onde se instalaram de 1750 a 1580 a.C.

Foi durante essa dominação estrangeira que os hebreus se estabeleceram no Egito.

O Novo Império (1580 a 1085 a.C.)

O faraó Amósis I expulsou os hicsos, dando início a uma fase militarista e expansionista da história egípcia. Sob o reinado de Tutmés III, a Palestina e a Síria foram conquistadas, estendendo o domínio do Egito até as nascentes do rio Eufrates.

Durante esse período de apogeu, o faraó Amenófis IV empreendeu uma revolução religiosa e política. O soberano substituiu o politeísmo tradicional, cujo deus principal era Amon-Ra, por Aton, simbolizado pelo disco solar. Essa medida tinha por finalidade eliminar a supremacia dos sacerdotes, que ameaçavam sobrepujar o poder real.

O faraó passou a denominar-se Akhnaton, atuando como supremo sacerdote do novo deus. A revolução religiosa teve fim com o novo faraó Tutancaton, que restaurou o politeísmo e mudou seu nome para Tutancâmon.

Com a instauração da capital em Tebas, os faraós da dinastia de Ramsés II (1320-1232 a.C.) prosseguiram as conquistas. O esplendor do período foi demonstrado pela construção de grandes templos, como os de Luxor e Karnak.

As dificuldades do período começaram a surgir com as constantes ameaças de invasão das fronteiras. No ano 663 a.C., os assírios invadiram o Egito.

O Renascimento Saíta (663 a 525 a.C.)

Os assírios foram expulsos do Egito pelo faraó Psamético I, que também mudou a capital transferindo-a para a cidade de Saís, no delta do rio Nilo. Após isso houve também uma ampliação do comércio, incentivada pelos faraós que o sucederam.

As lutas pela posse do trono levaram o Egito à ruína. Os camponeses se rebelaram e a nobreza disputava o poder com o clero. Novas invasões aconteceram, fragmentando ainda mais o poder do Egito:

Diversas invasões seguiram não possibilitando ao Egito se reestruturar como Estado. Finalmente os romanos o invadem em 30 a.C., pondo fim ao Egito como Estado independente.

Economia do Egito Antigo

A economia do Egito estava baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de cereais como o trigo e a cevada, além do cultivo de linho e papiro. O pastoreio completava os trabalhos na terra, com a criação de rebanhos de gado bovino e ovino.

A agricultura foi amplamente favorecida pelo rio Nilo e seu regime de cheias. A cheia do Rio Nilo era gerada por chuvas na África Oriental e pelo degelo nas terras altas etíopes.

A forma como a agricultura era praticada causava espanto e curiosidade nos estrangeiros. O historiador grego Heródoto, em sua obra *Histórias*, escreveu: *“O Egito é uma dádiva do Nilo”, associando a formação do Egito à presença e utilização do rio.*

Em sua obra, Heródoto também relata sobre a maneira como era feito o cultivo:

“Em todo o mundo, ninguém obtém os frutos da terra com tão pouco trabalho. Não se cansam de sulcar a terra com arado e enxada, nem têm nenhum dos trabalhos que todos os homens têm para garantir as colheitas. O rio sobe, irriga os campos e, depois de os ter irrigado, torna a baixar. Então, cada um semeia o seu campo e nele introduz os porcos para que as sementes penetrem na terra; depois, só têm de aguardar o período da colheita. Os porcos também lhe servem para debulhar o trigo, que é depois transportado para o celeiro.”

Ao longo do Nilo estendiam-se plantações cuidadas pelos felás (camponeses egípcios), desenvolvendo-se rapidamente graças ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e semeadura. A charrua, puxada pelos bois e o emprego de metais propiciaram grandes colheitas.

Teoricamente, as terras pertenciam ao faraó, porém a nobreza detinha grande parte delas. Enormes armazéns guardavam as colheitas que eram administradas pelo Estado.

De um modo geral, a economia egípcia é enquadrada no modo de produção asiático, em que a propriedade geral das terras pertencia ao Estado e as relações sociais de produção fundamentavam-se no regime de servidão coletiva. As comunidades camponesas, presas à terra que cultivavam, entregavam os resultados da produção ao Estado, representado pela pessoa do rei.

A sociedade egípcia

O Egito é considerado uma Sociedade Hidráulica, cuja organização está relacionada com os períodos de seca e cheia dos rios. Nesse tipo de sociedade, a distinção social começou a se fazer notar através do domínio das áreas férteis: os donos das terras ocupavam as áreas mais altas da sociedade enquanto os camponeses, sua base.

O topo da pirâmide social era ocupado pelo faraó e sua família.

A Tetrarquia durou pouco tempo. Já no início do século 4, o imperador Constantino reunificou o Império. Entretanto, como o risco de invasão fosse maior na parte ocidental, ele transferiu a capital para Bizâncio, mais protegida e, na época, mais rica. Ali, ele ergueu uma cidadela para servir de sede ao governo, dando a ela o nome de Constantinopla, nome que, durante séculos, acabou designando toda a cidade.

Durante o século 4, o Império manteve-se unificado, com sua sede em Constantinopla. No final do século, o imperador Teodósio estabeleceu, em 395, a divisão definitiva: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e Império Romano do Oriente, também chamado de Império Bizantino, com capital em Constantinopla.

Decadência e êxodo urbano

Ao mesmo tempo em que o Império se debatia com toda a sorte de dificuldades administrativas e militares, os aspectos econômico e social da crise iam gerando uma nova realidade. O declínio do comércio gerava uma decadência de toda a atividade urbana. E a incapacidade crescente do Estado romano de manter a ordem e a paz internas transformava as cidades em alvo de ataques e saques. Outro elemento era a impossibilidade de manter a política de concessão de alimentos à plebe miserável, tornando impossível sua permanência em Roma.

Esses elementos vão gerar um processo de êxodo urbano. A grande massa que sai das cidades para o campo vai passar a viver e trabalhar naqueles mesmos latifúndios em que, até então, utilizava-se a mão-de-obra escrava. O declínio da escravidão abria espaço, portanto, para o trabalho plebeu, mas em condições significativamente diferentes.

Tais latifúndios continuavam com sua mesma extensão, sendo necessário que várias famílias vivessem e trabalhassem dentro de uma mesma propriedade. Assim, a paisagem rural do Império, notadamente no ocidente, passou a se caracterizar por um tipo de propriedade à qual os romanos davam o nome de vilas, nas quais várias famílias de trabalhadores vivem e trabalham numa terra que não lhes pertence.

Bases do feudalismo

Esse processo de ruralização apresentava outras características. Esses trabalhadores, apesar de serem livres, não eram proprietários da terra. Ao mesmo tempo, a escassez de moedas inviabilizava o pagamento de salários. Dessa forma, a única possibilidade de vida para esses trabalhadores era extrair da terra o seu sustento, entregando ao proprietário um excedente - como forma de pagamento pelo uso da terra. São os primeiros rudimentos econômicos do feudalismo, já presentes na crise do Império.

Ao lado desses elementos, outra realidade se desenrolava. Desde o início do século 3, o Império havia adotado a política de permitir que tribos bárbaras se instalassem dentro das suas fronteiras. Essa relação estabelecia-se com o Império cedendo a essas tribos terras, chamadas pelos romanos de feudos.

Esses bárbaros eram admitidos na condição de colonos, segundo a qual, em troca da terra, eles se comprometiam a cultivá-la, pagar tributos ao Império e, por lei, estar presos à terra, não podendo deixá-la. Isso se explica pela necessidade romana de usar esses povos para a própria defesa das regiões fronteiriças.

Tanto que esses bárbaros eram também considerados como aliados militares.

Quando a crise no interior do Império agravou-se, no final do século 3, com Roma cada vez mais dependente da produção agrícola, o regime de colonato foi estendido para as próprias populações romanas. Tal medida foi baixada pelo imperador Diocleciano, tornando o colonato uma instituição.

Os hunos, os povos germânicos e o fim do Império

A partir do final do século 4, a situação do Império tendeu ao colapso. Já por volta de 370, a presença de um povo asiático - os hunos - no sul da Europa contribuiu para destruir o frágil equilíbrio em que ainda se assentava o Império e sua relação com os povos bárbaros.

Ao longo de quase um século, os hunos assolaram regiões da Europa, chegando mesmo a sitiá-la Roma em 452. Ferozes, saqueadores e extremamente numerosos, eles espalharam terror por várias regiões da Europa, incluindo a Germânia.

Para vários historiadores, os ataques dos hunos contribuíram largamente para pressionar os povos germânicos em direção às terras pertencentes a Roma, acelerando o processo de invasões. Tais invasões se estenderam ao longo do século 5. Os visigodos saquearam Roma em 410, e os vândalos em 455; os francos, após saquearem Roma, ocuparam a Gália; anglos, saxões e jutos invadiram a Bretanha; burgúndios, o sul da França; lombardos, o norte da Itália; e, em 476, os hérulos, seguidos pelos ostrogodos, depuseram o último imperador, Rômulo Augusto.

Esse evento assinala oficialmente o fim do Império Romano do Ocidente. A parte oriental do Império manteve-se unificada até 1453, quando Constantinopla foi tomada pelos turcos. Entretanto, a influência do chamado Império Bizantino sobre a Europa foi rapidamente esvaindo-se. As áreas dominadas pelos vários povos germânicos deram origem a uma série de reinos fragmentados, destruindo a unidade imposta pelos romanos. Também esse evento assinala o início da Idade Média europeia, erigida a partir justamente da integração entre elementos romanos e germânicos.

Fique de Olho — Estratégia de Prova

A banca adora comparar Antiguidade Oriental e Clássica para testar interpretação, não decoreba.

Pegadinha comum: dizer que “democracia ateniense era semelhante à atual”. Errado. Era direta e excludente (mulheres, escravizados e estrangeiros não participavam).

Conexão interdisciplinar:

- × Redação (ENEM): cidadania, democracia, exclusão social.
- × Direito/Adm: origem do Direito Romano e do conceito de República.
- × Geografia: relação entre rios e formação das civilizações.

Lógica da banca: mostrar que muitos direitos modernos têm raízes antigas, mas eram limitados. Quem ignora essa diferença histórica cai na armadilha.

Burgos e Burgueses

Com a retomada do comércio, muitos europeus deixaram o campo e foram viver dentro dos burgos - vilas fortificadas com muralhas, construídas entre os séculos IX e X e posteriormente abandonadas -, onde esperavam encontrar melhores condições de vida. Em pouco tempo, contudo, esses lugares tornaram-se pequenos e as pessoas viram-se obrigadas a se instalar do lado de fora de suas muralhas.

Essa população, formada principalmente por artesãos, operários e comerciantes, acabou dando origem a novos burgos em vários pontos da Europa. Seus habitantes, por oposição aos nobres que viviam em castelos, ficaram conhecidos como burgueses.

O aumento do comércio e do volume de negociações gerou uma nova necessidade: a padronização de unidades de valor. O uso de moedas tornou-se essencial, substituindo o escambo ou troca de mercadorias. Com a criação das moedas, surgiram também primeiras casas bancárias, responsáveis pelas operações de câmbio e empréstimos a juros. Toda essa dinâmica fez com que o dinheiro passasse a ganhar importância e a terra e a produção agropecuária deixassem de ser a base da riqueza na Europa.

Com o aumento do comércio, e, conseqüentemente, dos lucros, os mercadores e banqueiros conquistavam maior *status* social e passaram a ansiar pelo poder político. A burguesia ganhava prestígio e espaço, aproximando-se dos reis e emprestando-lhes dinheiro em troca de medidas políticas favoráveis ao comércio. Ao mesmo tempo, os senhores feudais viam-se envolvidos em dívidas, muitas delas decorrentes das altas despesas com as Cruzadas.

Humanismo

Além dos empreendimentos comerciais, o maior contato entre os burgueses e os monarcas financiou o surgimento de novas universidades. Com a expansão comercial surgiu a necessidade de formar pessoas que entendessem de direito e comércio. Com a criação das universidades, a difusão do conhecimento deixou de ser algo exclusivo da Igreja, e o ensino tomou-se laico, voltado cada vez mais para questões mundanas.

As aulas voltaram-se para os textos clássicos, principalmente os dos gregos e romanos, e as atenções dos estudiosos dirigiam-se a diversas áreas do saber e das artes. Iniciava-se o Humanismo, movimento cultural que viria a influenciar a Europa por quase três séculos. Até então hegemônico, o pensamento da Igreja passou a ser questionado por religiosos e filósofos leigos.

Guerra, Fome e Peste

O crescimento que a Europa obteve nos séculos anteriores sofreu um forte golpe no século XIV. As mudanças climáticas geraram um grave colapso no abastecimento agrícola e, apesar dos diversos avanços tecnológicos verificados no campo, como a invenção da **charrua, da ferradura, a difusão dos moinhos de vento**, a produção não era suficiente para abastecer a população europeia, que duplicou entre o ano 1000 e o ano 1300, levando boa parte da população a passar fome.

Entre 1346 e 1352, o continente foi assolado pela Peste Negra, uma epidemia decorrente das péssimas condições de higiene das cidades, transmitida ao ser humano através das pulgas dos ratos-pretos ou outros roedores, matando cerca de 30

milhões de pessoas, mais de um terço da população europeia na época. A situação ficou ainda mais grave depois que a nobreza da França e Inglaterra deram início à chamada Guerra dos Cem Anos, conflito que se estendeu de 1337 a 1453 provocando grande número de mortos em ambos os países. Outras guerras ocorreram também na Península Ibérica, na Itália e na Alemanha.

Baixa Idade Média – Crescimento Demográfico¹¹

No século X as guerras que haviam assolado a Europa, notadamente as invasões bárbaras, já haviam terminado. Ao mesmo tempo, por viverem isolados nos feudos, os servos e os senhores feudais estavam menos sujeitos às epidemias. Deste modo, melhoraram-se as condições de vida do homem feudal, possibilitando a melhoria do cultivo e a possibilidade de crescimento demográfico. De fato, foi o que ocorreu. A partir do século X a taxa de natalidade cresceu substancialmente enquanto a de mortalidade se mantinha estável. Há, portanto, uma explosão demográfica na Europa.

Crescimento Demográfico na Europa Ocidental (de 1000 a 1300)

Ano	Milhões de habitantes
1000	22,1
1100	25,85
1200	34,65
1300	50,35

Fonte: Hilário Franco Jr. e Ruy de Oliveira Andrade Filho. *Atlas de História Geral*. São Paulo, Scipione, 1993, p. 23.

A expansão demográfica promove o desequilíbrio na oferta e demanda de alimentos. A primitiva e ineficiente produção agrícola feudal não consegue suprir as necessidades de uma sociedade em expansão. Surge, no interior dos feudos, o excedente populacional. Dada a insuficiência de recursos para prover o excedente populacional, inicia-se o processo de marginalização social. Os senhores feudais expulsam de suas terras a população excedente. Tal população se desloca, em sua maioria, para antigos centros urbanos, passando a viver do comércio, criando mercados latentes, verdadeiros polos comerciais. Outros, passam a viver do saque.

Note-se que o crescimento demográfico iniciado no século X exigia melhores colheitas, estimulando o aperfeiçoamento e/ou a criação de novas técnicas. É nesse período que surge, por exemplo, o arado. Contudo, o desenvolvimento tecnológico se esbarra na falta de motivação do servo, uma vez que, para ele, não haveria benefícios. Para o servo, o desenvolvimento técnico lhe traria mais trabalho, na medida em que ele se via obrigado a pagar tributos ao senhor feudal. Desse modo, o crescimento demográfico não é acompanhado por um aumento na oferta. Os senhores feudais buscam pela expansão territorial. Reiniciam-se as guerras de conquista, utilizando-se do excedente populacional como "soldado" e posterior ocupante do território conquistado.

¹¹ <https://portaldoestudante.wordpress.com/2011/07/08/baixa-idade-media-crescimento-demografico/>



O termo “Renascimento” foi adotado para expressar a ideia de um “renascer” cultural, inspirado nos ideais artísticos, filosóficos e científicos da Grécia e de Roma Antiga. Para os pensadores e artistas da época, a Idade Média havia sido um período de estagnação intelectual, visão que hoje é relativizada pela historiografia e, portanto, era necessário retomar os valores e métodos que, em sua perspectiva, haviam sido perdidos.

Esse resgate envolveu:

- * Estética: retomada da proporção, harmonia e simetria como princípios fundamentais das artes.
- * Filosofia: ênfase na razão, na lógica e na observação, em contraposição à excessiva dependência da autoridade religiosa.
- * Ciência: aplicação de métodos de observação empírica e experimentação para compreender os fenômenos naturais.
- * Educação: reforma curricular das universidades, com maior atenção aos clássicos e às disciplinas humanísticas.

Antropocentrismo:

No Renascimento, o ser humano passou a ocupar o centro das atenções, substituindo gradativamente o teocentrismo medieval. O homem foi visto como dotado de capacidade racional e criadora, capaz de compreender e transformar o mundo ao seu redor. Isso não significou a rejeição imediata da fé, mas sim um deslocamento do foco exclusivo na vida espiritual para uma valorização da vida terrena.

Humanismo:

O humanismo foi a corrente intelectual mais representativa do Renascimento. Baseava-se na valorização das capacidades humanas, na dignidade do indivíduo e na busca do conhecimento a partir das fontes clássicas. Os humanistas acreditavam que a educação deveria formar cidadãos completos, cultivando tanto as virtudes morais quanto as habilidades intelectuais.

Hedonismo:

O hedonismo renascentista, especialmente no campo artístico, consistiu na valorização da beleza e do prazer estético, com destaque para a representação realista e detalhada do corpo humano. Essa abordagem se opôs à visão medieval que tendia a associar o corpo ao pecado e à imperfeição.

Racionalismo e Empirismo:

O racionalismo valorizava a razão como principal instrumento de compreensão da realidade, enquanto o empirismo defendia a observação direta e a experimentação como meios de validar o conhecimento. Juntos, esses princípios lançaram as bases para o método científico moderno.

Individualismo e Universalismo:

O ideal do “homem universal” incentivava o domínio de múltiplas áreas do saber. Intelectuais e artistas buscavam se destacar não apenas em uma atividade, mas em diversas, integrando arte, ciência, filosofia e técnica em uma visão global de conhecimento.

Avanços Científicos e Técnicos:

O Renascimento foi marcado por um florescimento científico sem precedentes na Europa. Entre os avanços mais notáveis, destacam-se:

- * Astronomia: Nicolau Copérnico formulou a teoria heliocêntrica, segundo a qual o Sol é o centro do sistema solar, contrariando o geocentrismo defendido pela Igreja.
- * Matemática e Geometria: aplicação da perspectiva linear na pintura e desenvolvimento de novos métodos de cálculo.
- * Anatomia: Andreas Vesálio realizou estudos detalhados do corpo humano, baseados em dissecações, corrigindo erros perpetuados desde a Antiguidade.
- * Física e Engenharia: Leonardo da Vinci idealizou máquinas, pontes e sistemas mecânicos, muitos deles à frente de seu tempo.
- * Navegação: aperfeiçoamento de instrumentos como a bússola e o astrolábio, viabilizando as Grandes Navegações.

Transformações Artísticas:

A arte renascentista rompeu com a rigidez estilizada do período medieval e buscou representar o mundo natural e o corpo humano com precisão e profundidade. As principais inovações artísticas incluíram:

- * Uso da perspectiva para criar a sensação de profundidade tridimensional.
- * Naturalismo na representação da natureza e das figuras humanas, com atenção minuciosa aos detalhes.
- * Técnicas de luz e sombra, como o chiaroscuro e o sfumato, para criar volume e realismo.
- * Temas mitológicos e religiosos tratados com nova abordagem estética e narrativa.

Relação com a Igreja:

O Renascimento não foi um movimento essencialmente anticlerical. Muitos artistas e cientistas eram profundamente religiosos, e a própria Igreja Católica financiou grande parte da produção artística da época. Contudo, a valorização da razão e da observação, aliada à crítica a certas práticas e dogmas, gerou tensões, como nos casos de Galileu Galilei e Giordano Bruno.

Principais Nomes do Renascimento

Leonardo da Vinci (1452-1519):

Pintor, inventor, engenheiro, anatomista e cientista italiano, Leonardo sintetiza o ideal renascentista da versatilidade intelectual. Suas obras, como Mona Lisa e A Última Ceia, são referências técnicas e estéticas até hoje. Seus cadernos de estudos contêm desenhos anatômicos, projetos de máquinas voadoras e estudos hidráulicos.

Michelangelo Buonarroti (1475-1564):

Escultor, pintor e arquiteto, Michelangelo produziu obras de profundo impacto artístico, como a escultura Davi e os afrescos da Capela Sistina. Seu trabalho revela domínio anatômico e força expressiva sem precedentes.

> **Revoluções de 1917**

No dia 27 de fevereiro de 1917, a população de Petrogrado (novo nome da capital, a antiga São Petersburgo) e de outras cidades se revoltou. O czar se viu obrigado a abdicar e foi implantado um governo provisório eleito pela Duma. Ao mesmo tempo, operários, camponeses, soldados e marinheiros se organizaram em soviets por todo o país.

Os novos governantes, de orientação menchevique, aboliram a censura à imprensa, legalizaram os partidos, libertaram presos políticos e os exilados puderam retornar ao país. O czar e sua família foram presos. Mesmo assim, a Rússia continuou envolvida na Primeira Guerra, e a principal reivindicação dos camponeses, operários e soldados de baixa patente não foram atendidas.

Esses grupos sociais perceberam que pouco havia sido modificado nas condições de vida após a Revolução de Fevereiro, e a insatisfação popular crescia progressivamente. Lenin liderou violentos protestos contra o governo provisório, proclamando os lemas Paz, pão e terra e Todo o poder aos soviets! Trotski aderiu ao Partido Bolchevique e foi eleito presidente do soviete de Petrogrado. Os bolcheviques conquistaram rapidamente o apoio das lideranças da maioria dos soviets e, em outubro de 1917, derrubaram o governo provisório.

> **URSS**

Depois da **Revolução de Outubro**, o novo governo, comandado por Lenin, estatizou fábricas, estradas de ferro e bancos e confiscou os bens da Igreja. As grandes propriedades foram expropriadas e distribuídas aos camponeses. No que diz respeito à política externa, russos e alemães assinaram um tratado de paz, o **Tratado de Brest-Litovsk** (1918), e os russos saíram da Primeira Guerra Mundial.

Logo em 1918, porém, o país mergulhou em uma sangrenta guerra civil que colocou em confronto o **Exército Vermelho**, organizado e comandado por Trotski, e o **Exército Branco**, mobilizado pelas antigas classes dominantes (senhores de terras, grandes empresários, generais do exército czarista) e reforçado por tropas enviadas pela Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Japão e França, cujos governos temiam a propagação do comunismo russo pelo mundo.

A guerra civil terminaria apenas em fevereiro de 1921, com a vitória dos bolcheviques, liderados por Trotski. Com o fim do conflito interno, o governo de Lenin adotou um plano de recuperação do país, que combinava princípios comunistas com medidas capitalistas. O governo adotou medidas de centralização do poder em torno do Partido Bolchevique, agora chamado de **Partido Comunista**.

Foi implantada uma rígida disciplina nas fábricas; a imprensa passou a ser controlada; os partidos políticos foram colocados na ilegalidade e a liberdade de discussão (até mesmo no interior do Partido Comunista) foi restringida.

Os soviets deixaram de ser um espaço para a discussão democrática e se transformaram em executores das ordens do Partido. Muitos opositores do novo regime foram presos. O czar Nicolau II e sua família foram executados. Em 1922, o novo país passou a se chamar **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (URSS). Lenin sofreu um ataque cardíaco e afastou-se pouco

a pouco do poder, até morrer, em 1924. O secretário-geral do Partido Comunista, **Josef Stalin**, passou a disputar com Leon Trotski a liderança da União Soviética.

A URSS e o Comunismo

Vencedor da disputa interna com Trotski, Stalin tinha a seu serviço a burocracia do Estado e do partido e passou a dominar o país com mão de ferro. Uma de suas medidas foi eliminar todos os seus adversários, que eram presos ou executados. Trotski, por exemplo, foi expulso da União Soviética em 1929 e obrigado a exilar-se no México, onde morreu, em 1940, assassinado a mando de Stalin. Sob o novo governo, a União Soviética isolou-se do mundo e se transformou em uma potência mundial.

A industrialização teve grande impulso por meio de planos quinquenais. Entretanto, a formação de uma sociedade igualitária, um dos ideais dos primeiros socialistas, foi esquecida. Em lugar do socialismo, surgiu uma sociedade burocratizada, controlada por uma elite de funcionários privilegiados - a burocracia soviética -, enquanto a maior parte da população vivia em condições precárias e se via excluída dos órgãos de participação e decisão política.

No topo dessa sociedade estava o Partido Comunista, que controlava integralmente todos os órgãos do Estado. O chefe desse partido, Stalin, era considerado infalível, e seus opositores eram duramente reprimidos.

PERÍODO ENTRE GUERRAS

> **A Crise de 1929 e a Grande Depressão**

Terminada a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se destacaram no capitalismo mundial: de maior devedor (3 bilhões de dólares), tornaram-se o maior credor mundial (11 bilhões de dólares)¹⁸.

Em 1918 mais de um terço da produção industrial mundial estava nos Estados Unidos; em 1929 esse percentual chegava a mais de 42%. O país também continuava a atrair imigrantes: entre os anos 1900 e 1910, entraram nos Estados Unidos cerca de 9 milhões de europeus.

A prosperidade econômica, entretanto, apresentava contradições que se tornavam cada vez maiores. Após o mandato do presidente democrata Woodrow Wilson (1913-1921), os seus sucessores, até 1932, foram do Partido Republicano. Fiéis defensores do liberalismo econômico e do isolacionismo, eles se recusavam a intervir em assuntos internacionais que não envolvessem o continente americano.

Não ratificaram, por exemplo, o Tratado de Versalhes e não participaram da Liga das Nações, deixando aos europeus a tarefa de solucionar os conflitos ocorridos na Europa. Coerentes com essa política isolacionista, os governos republicanos aprovaram diversas leis restritivas à migração a partir de 1921, reduzindo drasticamente a entrada de estrangeiros no país. Ao mesmo tempo, deixaram de adotar medidas que resolvessem as crescentes contradições do desenvolvimento econômico.

¹⁸ Vicentino, Cláudio. *Olhares da História Brasil e Mundo*. Cláudio Vicentino. José Bruno Vicentino. Savério Lavorato Júnior. 1ª ed. São Paulo. Scipione.

Em 20 de julho de 1944, o coronel Claus von Stauffenberg escondeu uma bomba em uma pasta de trabalho, sob a mesa de reunião do quartel-general de Hitler, mas poucos morreram com a explosão e o Führer sobreviveu quase sem um arranhão. Embora muito doente e deprimido, Hitler mandou executar os conspiradores, provocando a morte de quase 5 mil pessoas.

O marechal Erwin Rommel, ex-comandante do Afrika Korps, que havia participado da conspiração, recebeu a opção de suicídio, por ser muito popular entre os alemães. Aceitou e foi enterrado com honras militares.

> **Auschwitz e o Holocausto**

Desde a ascensão do nazismo, em 1933, a situação dos judeus na Alemanha era desesperadora, e pioraria muito nas áreas ocupadas, em especial no Leste Europeu. À medida que a Alemanha perdia a guerra, a situação tornava-se ainda mais trágica.

A matança de judeus começou na Polônia, em 1939, sendo sistemática na URSS, após a invasão de 1941. A decisão formal de exterminar todos os judeus da Europa foi tomada na Conferência de Wannsee, realizada em janeiro de 1942. Nela, foi estabelecida a **Solução Final** para o problema judaico: o **genocídio**.

Pouco a pouco, os guetos foram desativados e os judeus, enviados a campos de extermínio (como o de Auschwitz, na Polônia, o mais conhecido deles). Nos campos, eram selecionados os judeus que, após dias de viagem em vagões de trens de carga infectados, ainda tinham condições de trabalhar para a máquina de guerra alemã, inclusive nas fábricas de munições. Os demais eram enviados às câmaras de gás, e seus corpos, incinerados em crematórios.

Na tentativa de iludir os condenados, os campos tinham um letreiro grande no portão principal onde se lia: **“O trabalho liberta”** (Arbeit macht frei).

Cerca de 6 milhões de judeus foram exterminados nos campos alemães, fato que ficou conhecido como **Holocausto** (shoah, em hebraico). Eles não foram as únicas vítimas desse programa de extermínio: cerca de 800 mil ciganos também morreram nos campos de concentração, além de um número incerto de prisioneiros de guerra soviéticos, presos políticos, homossexuais e testemunhas de Jeová.

> **A Guerra chega ao Fim**

No começo de 1945, a guerra estava definida a favor dos Aliados. Hitler, doente e derrotado, recusava-se a abandonar Berlim, onde havia se refugiado no Bunker da chancelaria. A notícia da morte de Mussolini, capturado e fuzilado em 27 de abril de 1945, sinalizava um desfecho trágico.

O ditador italiano e sua amante, Claretta Petacci, tiveram seus corpos pendurados de cabeça para baixo na principal praça de Milão, diante de uma multidão eufórica. Berlim era bombardeada diariamente pelos soviéticos. Diante do avanço dos tanques pela cidade, até crianças da Juventude Hitlerista tentavam, em vão, combater.

Em 30 de abril de 1945, Hitler suicidou-se com sua amante, Eva Braun, com quem se casara um dia antes. Os corpos do casal foram queimados nos jardins do Bunker, seguindo a última

ordem do Führer. Em 7 de maio de 1945, o almirante Karl Dönitz, sucessor nomeado por Hitler, assinou a rendição incondicional da Alemanha.

> **Hiroshima e Nagasaki**

No início de 1942, a ofensiva japonesa no Pacífico estava no auge, com a derrota dos EUA nas Filipinas. Mas, em junho daquele mesmo ano, o rumo da guerra começou a virar, com a vitória estadunidense na Batalha de Midway, que resultou na destruição dos principais porta-aviões japoneses.

A ofensiva japonesa durou cerca de seis meses. Todo o resto da guerra no Pacífico foi, na verdade, uma luta dos EUA para subjugar o Japão. Os Estados Unidos consolidaram sua vitória com a reconquista das Filipinas, em fevereiro de 1945, e o triunfo nas batalhas de Iwo Jima e Okinawa, entre fevereiro e junho. Mas o Japão não se entregava, multiplicando os voos kamikaze. No início de agosto, o imperador Hirohito autorizou seu embaixador a estabelecer acordos diplomáticos com Stalin.

A essa provocação os EUA responderam com o lançamento da bomba atômica **Little Boy** sobre a cidade japonesa de **Hiroshima**, em 6 de agosto de 1945. Dois dias depois, a URSS invadiu a Manchúria, dominada pelos japoneses. Em 9 de agosto, os EUA lançaram uma nova bomba atômica, a **Fat Man**, sobre **Nagasaki**. Em cada um desses ataques, estima-se que tenham morrido 80 mil pessoas instantaneamente, sem contar os efeitos que a radiação causou nos sobreviventes. No dia 14 de agosto, o imperador aceitou a rendição incondicional do Japão.

> **Pós-Guerra**

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito armado de todos os tempos, resultando em mais de **60 milhões de mortos**, além de milhões de civis e militares mutilados. Entre as forças do Eixo, estima-se cerca de 8 milhões de militares mortos (a maioria alemães) e 4 milhões de civis.

Entre os Aliados, 17 milhões de militares e 35 milhões de civis, sobretudo no Leste Europeu. As maiores baixas dos Aliados ocorreram entre os soviéticos, que suportaram a guerra na Europa durante quatro anos seguidos. Estima-se que tenham morrido, no mínimo, 20 milhões de soviéticos, entre militares e civis. Depois da URSS, a China foi o país que mais perdeu militares na guerra contra o Japão: 2,5 milhões. EUA e Grã-Bretanha perderam cerca de 300 mil militares cada.

As potências Aliadas começaram a esboçar o destino do mundo em 1943, quando a derrota do Eixo se tornou uma possibilidade concreta. Foi na **Conferência de Teerã**, realizada no Irã em 1943, onde se decidiu o desembarque aliado na Normandia e a divisão da Alemanha derrotada em zonas das potências vencedoras.

Reconheceu-se também o direito soviético às repúblicas bálticas da Estônia, Lituânia e Letônia, bem como ao leste da Polônia. Estabeleceu-se, ainda, a necessidade da criação de um organismo internacional de segurança coletiva mais eficiente que a **Liga das Nações**. Foi a origem da **Organização das Nações Unidas** - a ONU -, fundada em 24 de outubro de 1945, responsável pela **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, em 1948.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

* Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

Outra atribuição dos capitães era a distribuição de terras aos colonos que as pudessem cultivar, o que se fez por meio da concessão de sesmarias, cujos beneficiários ficavam obrigados a cultivar a terra em certo período ou a arrendá-la. No caso das terras concedidas permanecerem incultas, a lei estabelecia que estas deveriam ser confiscadas e retornar ao domínio da Coroa. Mas não foi raro, no Brasil, burlar-se essa exigência da lei, de modo que muitos colonos se assenhoravam de vastas terras, mas só exploravam parte delas.

O regime de capitanias hereditárias inaugurou no Brasil um sistema de tremenda confusão entre os interesses públicos e particulares, o que, aliás, era típico da monarquia portuguesa e de muitas outras desse período.

D. João III estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias com o objetivo específico de povoar e colonizar o Brasil. Com exceção de **São Vicente** e **Pernambuco**, as demais capitanias não prosperaram. Em 1548, o rei decidiu criar o Governo-geral, na Bahia, com vistas a centralizar a administração colonial.

* Governo Geral

Foi por meio das sesmarias que se iniciou a economia açucareira no Brasil, difundindo-se as lavouras de cana-de-açúcar e os engenhos. Embora tenha começado em São Vicente, ela logo se desenvolveu em Pernambuco, capitania mais próspera no século XVI.

As demais fracassaram ou mal foram povoadas. Várias delas não resistiram ao cerco indígena, como a do Espírito Santo. Na Bahia, o donatário Francisco Pereira Coutinho foi devorado pelos tupinambás. Em Porto Seguro, o capitão Pero do Campo Tourinho acabou se indispondo com os colonos e enviado preso a Lisboa.

A Coroa portuguesa percebeu as deficiências desse sistema ainda no século XVI e reincorporou diversas capitanias ao patrimônio real, como capitanias da Coroa. Constatou também que muitos donatários não tinham recursos nem interesse para desbravar o território, atrair colonos e vencer a resistência indígena. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, a Coroa preferiu criar capitanias reais, como a do Rio de Janeiro. Algumas delas foram mantidas como particulares e hereditárias, como a de Pernambuco.

Porém, a maior inovação foi a criação do **Governo-geral**, em 1548, com o objetivo de centralizar o governo da colônia, coordenando o esforço de defesa, fosse contra os indígenas rebeldes, fosse contra os navegadores e piratas estrangeiros, sobretudo franceses, que apossavam vários pontos do litoral. A capitania escolhida para sediar o governo foi a Bahia, transformada em capitania real.

Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil, chegou à Bahia em 1549 e montou o aparelho de governo com funcionários previstos no **Regimento do Governo-geral**: o **capitão-mor**, encarregado da defesa militar, o **ouvidor-mor**, encarregado da justiça; o **provedor-mor**, encarregado das finanças; e o **alcaide-mor**, incumbido da administração de Salvador, capital do então chamado Estado do Brasil.

No mesmo ano, chegaram os primeiros jesuítas, iniciando-se o processo de evangelização dos indígenas, sendo criado, ainda, o primeiro bispado da colônia, na Bahia, com a nomeação do bispo D. Pero Fernandes Sardinha.

A implantação do Governo-geral, a criação do bispado baiano e a chegada dos missionários jesuítas foram, assim, processos articulados e simultâneos. Por outro lado, a Bahia passou a ser importante foco de povoamento, tornando-se, ao lado de Pernambuco, uma das principais áreas açucareiras da América portuguesa.

Disputas Coloniais

Nos primeiros trinta anos do século XVI, os grupos indígenas do litoral não sofreram grande impacto com a presença dos europeus no litoral, limitados a buscar o pau-brasil. E certo que franceses e portugueses introduziram elementos até então

Cabanagem (1835–1840) – Província do Grão-Pará:

Movimento popular de forte participação indígena, ribeirinha e de camadas pobres, que reivindicava melhores condições de vida e o fim do domínio político das elites locais. Os revoltosos chegaram a tomar o controle de Belém e governar a província por um tempo. A repressão foi violenta, com a morte de cerca de 30 mil pessoas.

Malês (1835) – Salvador:

Revolta de escravizados e libertos africanos de religião muçulmana que lutavam contra a escravidão e o impedimento de praticar sua fé. Embora tenha durado apenas algumas horas, causou grande impacto e resultou em punições severas e aumento da repressão à população negra.

Sabinada (1837–1838) – Bahia:

Liderada por setores da classe média e militares, a revolta defendia a criação de uma república baiana provisória até a maioria de Dom Pedro II. Aprovada por setores liberais, foi duramente reprimida pelas forças imperiais.

Balaiaida (1838–1841) – Maranhão:

Iniciada por vaqueiros, artesãos, fabricantes de balaios e escravizados, a revolta tinha caráter popular e antiescravista. Os revoltosos tomaram a cidade de Caxias, mas foram derrotados pelo exército sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Revolução Farroupilha (1835–1845) – Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Foi a mais longa das revoltas regenciais. Liderada pela elite agrária rio-grandense, insatisfeita com os altos impostos sobre o charque (carne salgada), estabeleceu as repúblicas independentes do Rio-Grandense e Juliana. Após dez anos de combates, a paz foi negociada com o Império por meio do Acordo de Poncho Verde. Alguns líderes receberam anistia, mas muitos escravizados que lutaram ao lado dos rebeldes foram mortos ou reescravizados.

Diante do agravamento da instabilidade política, os liberais fundaram o Clube da Maioridade, defendendo a antecipação da maioria de Pedro de Alcântara como forma de restaurar a ordem e a unidade nacional. A proposta teve apoio dos conservadores e resultou no Golpe da Maioridade em 1840, quando Pedro foi declarado maior aos 14 anos de idade, sendo coroado como Dom Pedro II. Assim teve início o Segundo Reinado, que se estenderia até 1889.

Segundo Reinado: café, imigração, escravidão e abolicionismo:

Após a abdicação de Dom Pedro I, em 1831, seu filho, Pedro de Alcântara, tinha apenas quatro anos de idade e não pôde assumir o trono. Iniciou-se, então, o Período Regencial (1831–1840), no qual o país foi governado por regentes indicados pelo Legislativo. Esse período foi marcado por intensa instabilidade política e diversas revoltas sociais. Para restaurar a ordem e conter a crise, foi articulado o chamado Golpe da Maioridade, que antecipou a ascensão de Dom Pedro II ao trono com apenas 15 anos de idade, em 1840.

O reinado de Dom Pedro II foi caracterizado por relativa estabilidade política, em parte graças à criação do sistema parlamentarista brasileiro em 1847. Diferente do modelo britânico, o sistema brasileiro ficou conhecido como parlamentarismo às avessas, pois o imperador mantinha o controle político por meio do Poder Moderador, nomeando diretamente o presidente do Conselho de Ministros, chefe de governo, que dissolvia a Câmara e convocava novas eleições. Apesar da existência de dois partidos políticos o Partido Conservador (Saquaremas) e o Partido Liberal (Luzias), havia poucas diferenças ideológicas entre eles. Ambos defendiam a monarquia e o regime escravocrata, divergindo principalmente quanto à centralização do poder e à autonomia das províncias.

O grande motor da economia brasileira durante o Segundo Reinado foi a produção de café, inicialmente concentrada no Vale do Paraíba, e posteriormente, no oeste paulista, onde o solo de terra roxa favoreceu a expansão cafeeira. O café tornou-se o principal produto de exportação do Brasil, sendo amplamente consumido por trabalhadores urbanos europeus e norte-americanos durante a Segunda Revolução Industrial. Essa prosperidade econômica favoreceu o surgimento de uma elite agrária poderosa, os barões do café. A economia cafeeira impulsionou também um modesto surto de industrialização, favorecido pela Tarifa Alves Branco, que aumentou os impostos sobre produtos importados, e pela proibição do tráfico transatlântico de escravizados pela Lei Eusébio de Queirós. Destaca-se nesse contexto a figura de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, importante empresário que investiu em bancos, ferrovias, navegação a vapor, iluminação a gás e outras inovações. Apesar dessas iniciativas, o Brasil manteve-se essencialmente agrário e escravocrata, limitando o avanço do processo de industrialização.

A partir da década de 1850, com o fim do tráfico e o avanço da produção cafeeira, intensificou-se a imigração europeia para o Brasil. O Estado e os cafeicultores incentivaram a vinda de imigrantes como solução para a escassez de mão de obra. Inicialmente, prevaleceu o sistema de parcerias, substituído posteriormente pela contratação direta e subsidiada pelo governo.

Apesar da importância da imigração para a economia do café e para o início da urbanização e industrialização, muitos imigrantes enfrentaram condições precárias e não encontraram as oportunidades prometidas, tornando-se mão de obra barata e explorada.

Na década de 1880, o Império começou a perder sustentação política e social. Os principais fatores de desgaste foram:

- * Descontentamento das elites agrárias após a abolição da escravidão.
- * Crescimento do movimento republicano, que criticava o autoritarismo imperial e propunha um novo modelo político.
- * Conflito com a Igreja Católica, após o veto imperial à aplicação da bula papal que condenava a maçonaria.
- * Perda de prestígio das Forças Armadas, especialmente após a Guerra do Paraguai, levando ao afastamento dos militares do governo.
- * Crise econômica, agravada por dívidas externas e queda na cotação do café.

contribuindo para o crescimento das favelas. A ideia de “higienizar” a cidade refletia um pensamento elitista, que associava pobreza à sujeira e desordem, excluindo os pobres da nova paisagem urbana planejada pelo poder público.

No âmbito das medidas sanitárias, uma das mais controversas foi a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, decretada por meio da Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. A medida previa que todos os cidadãos residentes no Rio de Janeiro fossem vacinados compulsoriamente, sob pena de multa, impedimento de matrícula em instituições de ensino e até mesmo prisão. A vacinação seria realizada por agentes públicos autorizados a entrar nas residências, inclusive com o uso da força, caso houvesse resistência.

A população, entretanto, reagiu com desconfiança e indignação. Além da falta de informação e campanhas educativas que explicassem os benefícios da vacina, havia um histórico de repressão e violências cometidas pelos agentes estatais durante as reformas urbanas, o que gerava temor e repulsa. A ideia de ser vacinado à força, dentro da própria casa, por funcionários do governo, era vista como uma violação da privacidade e da dignidade dos moradores. Circulavam ainda boatos sobre os efeitos colaterais da vacina e teorias conspiratórias de que a medida teria objetivos ocultos.

Esse contexto de insegurança, somado à insatisfação acumulada com as remoções forçadas e o desemprego, transformou a vacinação obrigatória em um catalisador de um movimento mais amplo de resistência urbana. A campanha de Oswaldo Cruz, ainda que cientificamente fundamentada, foi mal implementada do ponto de vista político e social, ignorando a necessidade de diálogo, confiança pública e respeito aos direitos dos cidadãos.

A Revolta da Vacina teve início em 10 de novembro de 1904 e rapidamente se espalhou por diversos bairros do Rio de Janeiro. A população erguia barricadas, depredava bondes, atacava prédios públicos e enfrentava as forças policiais e militares em confrontos diretos. A revolta reuniu trabalhadores urbanos, estudantes, militares insatisfeitos e até setores da classe média, formando uma aliança heterogênea de oposição à condução autoritária do governo.

A magnitude dos protestos levou o governo a suspender temporariamente a vacinação obrigatória, mas a repressão se intensificou. Foram presos e deportados centenas de manifestantes para o Acre, região então pouco povoada e utilizada como espaço de punição e isolamento político. Entre os presos, havia jornalistas, sindicalistas, líderes comunitários e até oficiais militares envolvidos em um plano conspiratório paralelo, que pretendia derrubar o governo. Esse plano, conhecido como “Movimento Militar de 1904”, foi descoberto e desmontado pelas autoridades durante a repressão.

A Revolta da Vacina marcou um dos primeiros grandes levantes populares urbanos do Brasil republicano, revelando o fosso existente entre o projeto de modernização estatal e as condições reais de vida da população. Ainda que o governo tenha conseguido retomar o controle e prosseguir com as reformas sanitárias, o episódio deixou lições importantes sobre os limites do autoritarismo tecnocrático e a necessidade de políticas públicas mais participativas e sensíveis às realidades sociais.

As revoltas de Canudos, Contestado e da Vacina revelam a exclusão social e a repressão como elementos centrais da Primeira República. Apesar de suas especificidades, todas expressam a ausência de diálogo entre o Estado e as camadas populares, que, ao buscarem alternativas de sobrevivência ou resistirem a medidas autoritárias, foram tratadas como ameaças à ordem.

Enquanto Canudos e Contestado assumiram caráter religioso e comunitário, com forte messianismo e organização social própria, a Revolta da Vacina foi um levante urbano e espontâneo, impulsionado pela insatisfação com a política sanitária compulsória. Em todos os casos, o Estado respondeu com violência e repressão.

Esses episódios ilustram a construção de um Estado excludente, que associava organização popular à subversão, consolidando padrões de desigualdade e autoritarismo que marcaram o Brasil republicano.

Tenentismo e Crise de 1930:

A Primeira República (1889–1930) foi marcada pela consolidação de um regime político oligárquico, no qual o poder era concentrado nas mãos das elites agrárias, especialmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse modelo, conhecido como “política do café com leite”, garantia a alternância presidencial entre essas duas oligarquias, sustentada por práticas clientelistas, coronelismo e manipulação eleitoral, como o voto aberto e o controle dos resultados pelas autoridades locais.

A exclusão das camadas urbanas, das classes médias emergentes e de setores das Forças Armadas desse arranjo político fomentou um ambiente de insatisfação e questionamento à ordem vigente. Nesse cenário, surgiu o movimento tenentista, liderado por jovens oficiais do Exército, especialmente tenentes e capitães, que buscavam reformas políticas e sociais para romper com o domínio oligárquico da Primeira República.

O tenentismo teve origem na década de 1920 e pode ser entendido como um movimento de contestação política e militar, protagonizado por oficiais de baixa e média patente do Exército. Esses militares estavam descontentes com a ausência de meritocracia nas instituições, com a corrupção nas eleições e com a submissão do Estado aos interesses econômicos das oligarquias regionais.

O marco inicial do movimento foi a campanha eleitoral de 1922, na qual o candidato das oligarquias dominantes, Arthur Bernardes, foi eleito presidente em meio a denúncias de fraude e à publicação de cartas atribuídas a ele com críticas ao Exército. A insatisfação com o resultado e com a perseguição aos militares críticos ao governo impulsionou a primeira grande revolta tenentista.

Em 5 de julho de 1922, um grupo de militares rebelou-se no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, então capital federal. A revolta, organizada por jovens oficiais, ficou conhecida como a “Revolta dos 18 do Forte” e tinha como objetivo contestar a legitimidade do governo de Arthur Bernardes e denunciar o domínio oligárquico na política nacional.

Cercados pelas forças legalistas, os militares rebelados decidiram marchar pela Avenida Atlântica em direção ao centro da cidade. Apenas 18 homens participaram da marcha, enfrentando as tropas do governo. Ao final do confronto, apenas dois



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

